



## ATA DA REUNIÃO DE POSSE DO FÓRUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E DE BIODIVERSIDADE

Às nove horas do dia 15 de outubro do ano de 2020, na plataforma digital Teams, ocorreu a 1ª reunião ordinária do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade/ FBMC com a posse dos membros Fórum, que reúne órgãos governamentais, entidades empresariais e representantes da sociedade civil organizada, para revisar a Política Estadual de Mudanças Climáticas e, entre outras atribuições, traçar as diretrizes do Plano Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Estiveram presentes os membros abaixo listados e convidados. A reunião foi iniciada com a cerimônia de posse dos membros do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade. A Mestre de Cerimônia registrou que se tratava de um dia especial para a Secretaria de Meio Ambiente/ SEMA, bem como para o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/ INEMA que desde o ano passado (2019) trabalharam muito para a retomada deste Fórum e em seguida registrou agradecimento a todos que empreenderam esforços para que essa instância fosse reativada. Na sequência, leu os agradecimentos ao atual secretário, João Carlos Oliveira da Silva, a chefe de Gabinete, Cássia Magalhães, a diretora-geral do INEMA, Márcia Telles, que trabalharam intensamente para que retomássemos essas atividades. Ao secretário interino da Casa Civil, Carlos Mello, que colocou este Fórum na Pauta do Exmo Sr. Governador. Aos colabores da Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Ambiental (SIDA), e a superintendente, Clarissa Amaral. A assessora especial do Gabinete, Mariana Vidal, que materializou todas as peças jurídicas necessárias. Aos colaboradores do Gabinete, da Secretaria Executiva dos Colegiados (SECEX), pelo apoio administrativo. Em seguida convidou o secretário Meio Ambiente do Estado da Bahia, João Carlos, presidente do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e da Biodiversidade/ FBMC, nesta cerimônia representando também o Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, para fazer a sua saudação. O

secretário João Carlos fez uso da palavra. “Saúdo a todos, em especial aos membros deste Fórum que logo mais serão empossados. Com a reativação do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e da Biodiversidade, o Governo da Bahia, através da Secretaria Meio Ambiente e do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, inicia hoje a revisão da Lei nº 12.050, que em 2011 instituiu a Política sobre Mudança do Clima no Estado da Bahia. Estamos vivendo uma emergência climática, que em 2020, foi potencializada pelo novo coronavírus. Como todos sabem existe uma profunda relação entre o surgimento de pandemias e Mudanças Climáticas, uma vez que ambos são protagonizados pelo crescimento desordenado população em áreas urbanas e pelas atividades que resultam em degradação e redução de ecossistemas ambientais. Não se pode dizer que a Pandemia foi uma surpresa, tudo que está acontecendo agora decorre dos sintomas sob os quais os pesquisadores vem alertando há muito tempo. As epidemias dos últimos anos serviram de aviso de que algo muito sério podia acontecer. Na verdade, o aquecimento global é uma arma apontada contra a saúde da humanidade, porque as temperaturas mais elevadas favorecem a adaptação de micro-organismos a um mundo mais quente, diminuindo a eficácia de defesas básicas dos mamíferos. Além disso, o aquecimento global amplia raio de ação de vetores de epidemia como a dengue, a zika e *chikungunya* altera a distribuição geográfica das plantas e animais, levando espécies inteiras a se deslocarem em direção a latitudes mais altas. Desmatamento crescente, expansão descontrolada da agropecuária, criação e cultivo intensivos, mineração e aumento da infraestrutura, assim como a exploração de espécies silvestres criaram um lastro perfeito para o salto de doenças da vida selvagem para as pessoas. E isso pode ser apenas o começo. As estimativas científicas dão conta que doenças transmitidas de outros animais para humanos já causem 700 mil mortes por ano. Calcula-se que 1,7 milhão de vírus não identificados, mas que sabidamente infectam pessoas, ainda existem em mamíferos e pássaros aquáticos. E qualquer um desses vírus pode se transformar na *Doença X* ou *Y* de amanhã e, talvez, potencialmente ainda mais letal que a Covid-19. Portanto, meus amigos e amigas, é vasto o potencial para pandemias futuras. E nas projeções dos cientistas, o Brasil pode vir a ser o centro de futuras pandemias. Segundo o Relatório de Mudanças Climáticas da Unicamp, emitido pela instituição, em

agosto último, existem crescentes probabilidades de que o Brasil se torne o foco das próximas zoonoses. Na última década, as megacidades da Ásia do leste, principalmente na China, têm sido o principal *hotspot* de infecções zoonóticas. Não por acaso, esses países estão entre os que mais perderam cobertura florestal no mundo. O caso da China é exemplar. De 2001 a 2018, o país perdeu 94,2 mil km<sup>2</sup> de cobertura arbórea, equivalente a uma diminuição de 5,8% em sua cobertura vegetal. No Brasil, a remoção de mais de 1,8 milhão de km<sup>2</sup> da cobertura vegetal da Amazônia e do Cerrado, nos últimos 50 anos, representou um duro golpe para os ecossistemas. Esse processo destruiu tanta vida animal e vegetal, em tão pouco tempo, que já começa a gerar consequências irreversíveis, como erosão dos solos e secas recorrentes. Ainda em decorrência desse desmatamento, em 2019 apenas 19,8% da cobertura vegetal remanescente do Cerrado permanecia ainda intocada. A Amazônia, que perdeu cerca de 800 mil km<sup>2</sup> de cobertura florestal em 50 anos, tornou-se, em sua porção sul e leste, uma paisagem desolada de pastos em vias de degradação. O desmatamento por corte raso de cerca de 20% da área original da floresta, a degradação do tecido florestal de pelo menos outros 20% e a grande concentração de bovinos na região, cria as condições para tornar o Brasil o centro de próximas pandemias. Em primeiro lugar porque os morcegos são um grande reservatório de vírus e, entre os morcegos brasileiros, cujo habitat são as florestas, circulam pelo menos 3.204 tipos de coronavírus, segundo o Relatório da Unicamp. Em segundo lugar, porque alguns bovinos, especialmente os de cascos fendidos, hospedam, juntamente com os primatas, mais vírus, potencialmente zoonóticos, do que qualquer outro grupo de mamíferos, incluindo os morcegos. Na realidade, a Amazônia já é um hotspot de epidemias não virais, como a leishmaniose e a malária, doenças tropicais negligenciadas, mas com alto índice de letalidade. Segundo a OMS, a leishmaniose está associada a desmatamento, ao represamento de rios, a esquemas de irrigação e à urbanização, todos eles fatores de risco de pandemias. A relação entre desmatamento amazônico e a malária também foi estabelecida em 2015 por uma equipe do IPEA: para cada 1% de floresta derrubada por ano, os casos de malária aumentam 23%. Portanto, meus amigos e amigas, vivemos, hoje, tempos sombrios. Apesar da grave situação de escala planetária, estamos assistindo ao desmonte do Estado brasileiro em

todos os níveis, mas, especialmente, nas questões ambientais, cujos retrocessos podem implicar enormes prejuízos a esta e as futuras gerações. Em apenas dois anos, a estrutura de Estado montada por décadas, para preservar o meio ambiente, foi dissolvida. Nesse período, o governo federal empenhou-se em uma agenda totalmente antiambientalista. O esvaziamento do próprio Ministério é o principal exemplo desse processo. Já foram extintas as Secretarias de Mudanças do Clima, a de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e a de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. A ANA, a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos foram transferidos para o Ministério de Desenvolvimento Regional. O departamento de Educação Ambiental foi incorporado pela Secretaria de Ecoturismo, do Ministério do Turismo, o Serviço Florestal Brasileiro foi transferido para a pasta da Agricultura, e as ações de acompanhamento das Mudanças Climáticas, para o MCTI. O Conama e outros órgãos colegiados foram reduzidos e enfraquecidos, como o Ibama e o ICMBio. A liberação acelerada de agrotóxicos e o esvaziamento de políticas de segurança alimentar e nutricional é outro destaque. E chegou a seu ápice com a edição do Decreto que altera as regras sobre conversão de multas e a criação de um núcleo de conciliação com poderes para analisar, mudar o valor e até anular cada multa aplicada pelo Ibama por crimes ambientais. Enquanto isso, de acordo com dados do Instituto Socioambiental (Isa) e do INPE, somente nos primeiros meses deste ano, a destruição da vegetação nativa na bacia do Xingu atingiu 8.500 hectares de floresta, o equivalente a 10 milhões de árvores e superou em 54% o desmatamento no mesmo período em 2019. O atual rumo das equivocadas políticas ambientais, portanto, vem jogando por terra, décadas de esforços no combate ao desmatamento e na redução de risco a saúde da população, trazendo incalculável prejuízo econômico e de imagem ao país. Cada vez mais, consumidores do mundo inteiro rejeitam produtos brasileiros manchados com a destruição ambiental. Recentemente, governos de vários países condenaram as medidas adotadas pelo governo brasileiro e anunciaram que irão bloquear a importação de produtos agropecuários e florestais que contribuam com o desmatamento da Amazônia. Para se contrapor à política do governo federal e minimizar os efeitos perversos das mudanças climáticas, a Bahia precisa fazer a sua parte e ajudar o Brasil a cumprir as

metas estabelecidas no Acordo de Paris. Para além dos impactos globais, alguns fatores particulares demandam por medidas efetivas para possamos combater o processo de desertificação no semiárido e no cerrado e o de erosão na faixa litorânea da Bahia. Entre os estados nordestinos, a Bahia, de acordo com estudos da Embrapa, possui hoje, em extensão geográfica, a maior Área Sujeita à Desertificação (ASD), com 490 mil quilômetros quadrados, o que equivale a aproximadamente 86,8% do estado, abrangendo 289 municípios localizados no semiárido, onde vivem aproximadamente quatro milhões de pessoas. Mas o aquecimento global não vai afetar só o sertão. Regiões hoje cobertas por vegetação típica do cerrado, por exemplo, como se observa em parte da Bahia, do Piauí e do Maranhão, podem se tornar caatinga. E mesmo áreas de Mata Atlântica podem se transformar em semiáridas. Por outro lado, a Bahia possui o maior litoral do Brasil, com 1.100 quilômetros de extensão, e essa enorme zona costeira está vulnerável aos efeitos das erosões, devido a sua baixa declividade. E nesse quesito, não podemos nos esquecer da importância do oceano e o papel que ele desempenha para o equilíbrio do clima global, o que já é de reconhecimento unânime pela comunidade científica mundial. Seja pela absorção de calor, captura de carbono e produção de oxigênio, ou por abrigar a maior biodiversidade do planeta e proporcionar corredores migratórios de muitas espécies marinhas, os mares hoje representam a principal ferramenta para se manter a temperatura da Terra abaixo do 1,5<sup>o</sup> C, como recomendam os últimos relatórios do IPCC. A atualização da Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, portanto, constituiu-se em uma necessidade premente, com vistas à realização de uma série de ações coordenadas, que possam contribuir para que o Brasil, mesmo sem o empenho do governo federal, possa cumprir os compromissos assumidos no Acordo de Paris. Aliado a isso, a Bahia possui grandes possibilidades de expansão do sistema energético baseado em fontes renováveis de energia (biomassa, eólica, solar, biogás e marinha), o que lhe permite contribuir para a redução das emissões de carbono no Brasil, tanto com o fornecimento de matéria prima para biocombustíveis, como com a geração de energias limpas renováveis para manter a eficiência energética do seu parque industrial. Desta forma, o estado tem potencial significativo para colaborar com a diminuição do fator de emissão de gases de efeito estufa por

habitante nos próximos anos no Brasil, para a redução da dependência econômica da estrutura de produção e distribuição de petróleo e derivados, para a elevação dos patamares de outros índices socioambientais relacionados com as cadeias produtivas de energia no Estado, bem como nos impactos do uso de combustíveis não-renováveis. Mas é essencial que a Bahia esteja preparada para enfrentar tanto os impactos negativos decorrentes das mudanças do clima como para aproveitar as oportunidades e atividades de mitigação e redução de emissões de gases do efeito. O mapeamento destes impactos e oportunidades também é fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado. A identificação e estudo das vulnerabilidades e suscetibilidades aos impactos esperados e o planejamento econômico e socioambiental consistente e de longo prazo são instrumentos fundamentais para políticas eficazes de combate aos efeitos da mudança climática e garantia do desenvolvimento sustentável, definindo e implementando as medidas de adaptação e mitigação necessárias. O cenário atual de vulnerabilidade ambiental na Bahia e as possíveis consequências decorrentes das mudanças globais do clima, em seu território, exigem do Governo Estadual, o compromisso e o desafio de desenvolver políticas públicas ambientais e a promoção de ações que favoreçam a capacidade de resiliência dos sistemas naturais, de nossas cidades e da qualidade de vida da sociedade baiana. Hoje estamos dando um importante passo nesta direção com a reativação das atividades do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade. Mas é preciso mantermos o equilíbrio nas relações. Precisamos aglutinar todas as forças aqui representadas. Esta deve ser uma arena de reflexão para buscarmos alternativas viáveis e não excludentes. Precisamos trazer aliados para a causa ambiental e não afastar aqueles que não pensam exatamente como nós, mas que partilham conscientemente conosco ao menos um objetivo. Nesta arena aqui não deve existir o “nós” contra “eles”. E, para isso, é necessário que nos dispamos de todos os preconceitos, para juntos, elaborarmos um Plano que possa combater um inimigo comum: o efeito nocivo das mudanças do clima, para que avancemos nesta nova fronteira, com a Bahia economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada. Pois, como estamos assistindo nos últimos meses, todo dinheiro do mundo não está conseguindo derrotar um organismo invisível, como o

coronavírus. Para finalizar, quero prestar uma homenagem especial a promotora do Ministério Público da Bahia, membro deste Fórum, Dra. Aline Salvador, que muito tem nos ajudado assumindo os custos da elaboração dos inventários de gases do efeito estufa e futuramente do nosso Plano Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Dra. Aline, sem a senhora nessa caminhada seria muito difícil. Portanto, nosso sincero agradecimento e esse é um grande exemplo da tão sonhada construção coletiva que exige o meio ambiente e todos nós.” Em seguida a mestre de cerimônia voltou a fazer uso da palavra agradecendo ao secretário e passando para leitura do Termo de Posse e assinatura simbólica dos membros já nomeados por Decreto nº 19.916, de 14 de agosto de 2020, do Exmo. Sr. Governador, publicado em 15 de agosto de 2020 no Diário Oficial do Estado. Solicitou a todos que ao ter o nome citado os empossados manifestassem sua concordância na assinatura do Termo. Todos os membros foram empossados com exceção dos representantes das Secretária de Desenvolvimento Econômico (SDE); da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca (SEAGRI); da *Secretaria* de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SEINFRA); da União dos Prefeitos da Bahia (UPB); e da Central Única Trabalhadores (CUT). Dando seguimento, a superintendente de Inovação e Desenvolvimento Ambiental da SEMA, e secretária Executiva do Fórum, Clarissa Amaral, apresentou aos membros o Programa Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, que tem como objetivo compatibilizar o crescimento econômico com a proteção do sistema climático. Enfatizou o caráter do programa em buscar a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, e elencou ainda outras ações a serem implementadas, como a criação dos Fóruns Regionais de Mudanças Climáticas; a elaboração dos Inventários dos Gases de Efeito Estufa; a elaboração e implementação do Plano Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas; e a implantação do Sistema de Monitoramento e Gerenciamento de Riscos Ambientais. Após a apresentação a Mestre de Cerimônia agradeceu a superintendente a apresentação passou para a assinatura simbólica do protocolo de intenções entre a Promotoria Costa do Cacau Leste do Ministério Público Estadual e a ONG Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), com a Interveniência da Sema e do INEMA para a elaboração dos inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Estado da

Bahia, que é uma forma de quantificar as fontes e o volume dos gases que são emitidos no estado, convidando a promotora, Dra. Aline Salvador, e o secretário executivo do ICLEI, Rodrigo Perpétuo, o secretário João Carlos e a diretora do INEMA, Márcia Teles para assinatura simbólica do Protocolo de Intenções para contratação dos serviços do ICLEI que serão custeados com recursos oriundos de termos de ajustamento de conduta da Promotoria Costa do Cacau Leste do Ministério Público Estadual. Dra. Aline Salvador fez uso da palavra parabenizando a todos pela iniciativa. “É de um entusiasmo ver aqui no estado da Bahia esse contraponto tão importante a esse desmonte nacional. Nós temos algumas iniciativas voltadas para a área ambiental, que vão desde a produção e sistematização de dados a ferramentas de tecnologia da informação para que possamos avançar nesse monitoramento e controle. Mas, certamente, essa iniciativa que estamos firmando hoje é a mais vanguardista, essencial e importante”. Finalizou agradecendo a “oportunidade que teve de contribuir um pouco com esse trabalho”. O secretário executivo do ICLEI, Rodrigo Perpétuo, falou da grande representatividade do Fórum e do seu papel na corrida para a neutralidade do carbono. “A Bahia é um estado mega diverso, com três biomas, e esse passo que está sendo dado hoje demonstra o cuidado do Governo do Estado e nos orgulhamos de sermos parceiros nesse processo de estruturação. Essa revisão fará com que a Política de Mudanças Climáticas seja mais assertiva, não apenas para as atividades produtivas, mas como instrumento de educação e de construção de consciência de novos hábitos de consumo”. Em seguida, a Mestre de Cerimônia convidou a representante da Embaixada do Reino Unido, Bruna Cerqueira, que falou sobre a organização da Conferência Mundial do Clima (COP 26), que será realizada no próximo ano, em Edimburgo. “O sucesso desse trabalho é ver o Acordo de Paris saindo do papel e virando realidade. Ficamos contentes em ver o compromisso do estado da Bahia dentro dessa agenda internacional. Esse também é o nosso papel, trazer os atores brasileiros, governos locais e empresas para a agenda do clima”, disse ela. A mestre de cerimônia comunicou que o secretário João Carlos dará início a discussão e aprovação do Estatuto do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade/ FBMC, lembrou que foi enviado previamente uma cópia para todos os membros empossados, e abriu espaço para falas. Maria Dolores Orge (UNEB) informou que ela e a professora



Mara Matos se reuniram e avaliaram o estatuto apresentando como dúvida a nomenclatura do Fórum; o uso do termo *ecossistema* no artigo 6º, sugerindo definir considerando que elas como biólogas entendem ecossistema como áreas ambientais; e sobre a proposição de câmara técnicas informando que estão com uma rede de especialista; também perguntaram se a palavra *Colegiado*, usado no Artigo 9º, se refere a Plenária. João Lopes Araújo (Cepram) perguntou se o estatuto seria lido e debatido ponto a ponto. Mariana Vidal (ASSESP-SEMA), respondeu informando que a nomenclatura do Fórum é Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade/ FBMC, sugeriu que fosse colocado em votação na reunião de hoje a aprovação do texto base, e que fosse aberto prazo até dia 13 de novembro para envio das contribuições e que no dia 04 de dezembro, próxima reunião, se discutiria texto já sistematizado com todas as contribuições recebidas. O secretário João Carlos colocou a sugestão em votação que foi aprovada por todos os presentes. Renato Cunha (CEPRAM) ressaltou a importância da reativação do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade/ FBMC e afirmou que se trata de “assunto fundamental que precisa ser tratado com toda relevância e já estamos vivendo esse momento de emergência climática em várias situações como relatado na fala inicial do secretário e precisamos nos organizar de forma concreta para enfrentarmos essas questões. Disse acreditar que a Bahia está precisando repensar muitas coisas do seu modelo de desenvolvimento e precisa trabalhar com afinco para reverter várias situações que acontecem no Estado e esse Fórum será um instrumento importante para esse diálogo ser encaminhado e pactuado é fundamental. Como está previsto Decreto de operação e reinstalação no artigo 1º, parágrafo 7.º que o Fórum poderá ser ampliado com inclusão de outros órgãos, entidades públicas, privadas, sociedade civil. Acha que a sociedade civil e os movimentos sociais estão pouco representados no Fórum, aja visto a composição e em uma outra reunião acho que devemos incorporar outros movimentos como o de pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros que atuam no Estado e que já vem sofrendo essas questões climáticas como aumento nível do mar e questão desertificação. Cristina Seixas(MP-Bahia), parabenizou a iniciativa do Governo do Estado, em especial do secretário João Carlos, da reabertura do Fórum em um momento tão importante das mudanças climáticas, do destino

dos seres humanos, dos seres vivos diante de todos os informes que já temos referente ao que vem ocorrendo no planeta o que pode afetar diretamente os biomas brasileiros, e o Estado da Bahia. Recentemente estamos vendo a ONU em seus escritórios, especialmente o de risco de desastre climático, riscos inclusive que já estamos vivendo muitos eventos novos já chegando ao Brasil. Vemos lutando pela proteção ambiental, proteção climática para a presente e futuras gerações. Parabenizou novamente e reforçou dizendo que é necessário equacionar questões de governança ambiental, econômica e social e em especial de atuação direta na saúde dos seres vivos que habitam este planeta. Finalizou dizendo que é muito importante que a Bahia desenvolva uma estrutura de prevenção para estas mudanças com adaptação e mitigação dos seus efeitos. Beth Wagner (Frente Ambiental Parlamentarista) disse louvar a iniciativa de reinstalação desse Fórum, ressaltou que fruto do trabalho anterior do Fórum, em 2011, foram contratados os inventários firmados contratos para 03 ambientes. “Lembro claramente de dois que eram os inventários da área de transporte e também da indústria, que talvez possam ser aproveitados”. Disse, ainda, que a fala do secretário João Carlos foi de um conteúdo extraordinário e com muita coerência e em nome da Frente Ambiental Parlamentarista e pela Secretaria Setorial de Meio Ambiente dos Partidos dos Trabalhadores, solicitou o texto do secretário, e se possível a gravação desse momento que ela considera histórico. Falou da catástrofe climática e a correlação entre a proliferação das pandemias e o desequilíbrio ecológico e pediu que todos tenhamos consciência que se o Fórum só terá sentido se compreendermos este momento de catástrofe climática, ambiental e social que estamos vivendo com todas as consequências, inclusive a pandemia 2020 não pode nos deixar nenhuma possibilidade de ignorar o que está acontecendo. Jeandro Laytynher Ribeiro (SDR) parabenizou o secretário pela brilhante atuação e que a reinstalação do Fórum é um marco para o Estado da Bahia e reiterou compromisso com a sustentabilidade através das ações. O secretário colocou em votação o texto base do Estatuto do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade/ FBMC que foi aprovado por todos os membros presentes. Em seguida, o secretário e presidente do Fórum, João Carlos, finalizou a reunião agradecendo a presença de todos, em especial a superintendente Clarissa Amaral e os colegas da SIDA que se empenharam

para que tudo se concretizasse, e a diretora-geral Marcia Telles em nome do INEMA. Ratificou seu agradecimento ao Ministério Público da Bahia em nome Dra. Aline Salvador e Dra. Cristina Seixas. Reforçou agradecimento ao secretário Carlos Melo que sempre acreditou na reinstalação do Fórum. A reunião foi encerrada e a ata aprovada e assinada.

Secretaria Geral: Clarissa Maria de Azevedo Amaral - SEMA

Presidente: João Carlos Oliveira da Silva – SEMA

Rita de Cássia dos Santos Magalhães - SEMA

Roberta Fonseca Sampaio – Casa Civil

André Santana da Silva – Casa Civil

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro - SECTI

Washington de Jesus Sant'Anna da Franca Rocha - SECTI

Nelson Vicente Portela Pellegrino - SEDUR

Ananda Teixeira Costa Lage - SEDUR

Walter de Freitas Pinheiro - SEPLAN

Ranieri Muricy Barreto - SEPLAN

Josias Gomes da Silva - SDR

Jeandro Laytynher Ribeiro - SDR

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima – INEMA

Eduardo Farias Topázio - INEMA

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza - BAHIAGÁS

José Carlos Alves Gallindo Júnior - BAHIAGÁS

Cristina Seixas Graça – MP Estadual

Aline Valéria Archangelo Salvador – MP Estadual

Antônio Ricardo Alvarez Alban- FIEB  
Arlinda Dias Coelho Negreiros - FIEB

Humberto Miranda Oliveira - FAEB  
Rui Dias Souza - FAEB

Ailton Queiroz Lisboa - FETAG  
Arisvaldo Queiroz Lisboa - FETAG

José Maria Landim Dominguez - UFBA

Maria Dolores Ribeiro Orge - UNEB  
Mara Rojane Barros de Matos - UNEB

Renata Koga - COELBA  
João Paulo Rodrigues - COELBA

ElbiaGannoum - ABEEÓLICA  
Sandro Yamamoto - ABEEÓLICA

Rodrigo Lopes Sauaia – ABSOLAR  
Decio Novaes Neto - ABSOLAR

Mouana Fonseca - ABAF  
Mariana Lisboa Pereira - ABAF

José Alberto Neves - ABRAFE  
Ronaldo Araújo Mol - ABRAFE

Renato Pegas Paes da Cunha - CEPRAM  
João Lopes Araújo - CEPRAM

Evilásio da Silva Fraga - CONERH  
Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CONERH